



ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL DO CTG M'BORORÉ

**Centro de Tradições Gaúchas M'Bororé – 30ª RT – Campo
Bom/RS**

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINALIDADES

Seção I - Da Entidade e seus Afins

Art. 1º O Centro de Tradições Gaúchas M'Bororé, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 93.849.354/0001-96, associação civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural, educacional, assistencial, ambiental, de proteção à criança ao adolescente e ao idoso, fundada em 11 de junho de 1992, com registro no Cartório de Campo Bom em 22 de julho de 1992, livro A-1, folhas 078v a 079, nº 268, reger-se-á pelo presente Estatuto, pela legislação aplicável e pelas diretrizes do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG).

Art. 2º A Entidade tem sede e foro jurídico na cidade de Campo Bom, no estado do Rio Grande do Sul, na Rua Professora Liane da Rosa, nº15, Campo Bom/RS, CEP 93702-792.

Art. 3º A Entidade tem por finalidades:

- I – Promover e zelar pela cultura, história e folclore, em especial a tradição gaúcha, tendo como primado a “Carta de Princípios” do Movimento Tradicionalista Gaúcho;
- II – Desenvolver atividades de caráter social, cultural, assistencial, humanitário, educacional, esportivo, recreativo, ambiental e turístico;
- III – Promover a defesa e a garantia de direitos, o desenvolvimento humano e a proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social;
- IV – Realizar e apoiar programas, projetos, cursos, seminários, eventos, espetáculos e publicações que visem à consecução de seus objetivos;

V – Captar recursos junto a órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, por meio de convênios, termos de fomento, termos de colaboração, editais e outras formas legalmente permitidas, para o financiamento de suas atividades.

Parágrafo único. No desenvolvimento de suas atividades, a Entidade observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, não fazendo qualquer discriminação de raça, cor, gênero, religião ou convicção política.

Art. 4º Além as finalidades descritas no artigo anterior, entidade tem por objetivo incentivar o desenvolvimento humano, defender a pessoa em todos os aspectos, priorizando:

I – Promover o desenvolvimento humano, congregando esforços com instituições públicas ou privadas, de forma a assegurar a preservação da vida, dos vínculos culturais e das relações sociais, aos cidadãos brasileiros ou residentes no país, por meio de programas ou projetos financiados com recursos próprios, privados ou públicos.

II – Promover cursos, conferências, congressos, fóruns, seminários e debates sobre temas de interesse público, social e comunitário.

III – Congregar esforços com outras entidades, visando fortalecer e ampliar os objetivos da Entidade.

IV – Realizar e gerir empreendimentos, programas e projetos de interesse social, cultural, ambiental, educacional e comunitário.

V – Editar e publicar trabalhos, obras literárias e/ou de conteúdo técnico e científico, relatórios, estudos e pesquisas sobre temas de interesse geral.

VI – Produzir, promover ou apoiar espetáculos, bailes, mostras, festivais e eventos em geral, com características artísticas e culturais, que promovam as tradições gaúchas, preservem o folclore e estimulem a preservação do patrimônio cultural material ou imaterial, assegurando qualidade de vida à população.

VII – Promover trabalhos, programas e projetos, bem como executar serviços voltados ao atendimento e benefício de públicos diversos, incluindo adultos, idosos, crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência, povos indígenas, população negra, refugiados e pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social, assim como vítimas de preconceito ou discriminação, visando à preservação da dignidade e da vida humana.

VIII – Atuar na defesa, proteção e promoção do bem-estar dos animais.

IX – Executar programas e projetos nas áreas ambiental e turística, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a valorização cultural e patrimonial.





Art. 5º Quando da realização de suas atividades formativas e culturais, o CTG M'Bororé emitirá certificados correspondentes, podendo, ainda, aplicar provas, realizar concursos, publicar editais e conceder prêmios nas áreas compreendidas por seus objetivos sociais.

Art. 6º Para a consecução de seus objetivos, o CTG M'Bororé poderá participar de editais públicos ou privados, em âmbito municipal, estadual, nacional ou internacional.

Art. 7º O CTG M'Bororé poderá propor Termos de Fomento, bem como participar de Termos de Colaboração ou de Cooperação, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ou outra legislação que venha a substituí-la.

Art. 8º O CTG M'Bororé poderá atuar no assessoramento, defesa e garantia de direitos na área da política de assistência social, bem como prestar atendimento, nos termos do artigo 3º da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS).

Parágrafo único – Na promoção da assistência social, o CTG M'Bororé poderá executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de forma gratuita, contínua, permanente e planejada, observadas as disposições legais aplicáveis.

Seção II - Dos Símbolos

Art. 9º O lema oficial é: *“Da Cultura e da Tradição, Eterno Guardião”*.

Art. 10º As cores do CTG são: verde, azul, branco e amarelo ouro.

Art. 11º Sobre o Brasão, criado pelo artista plástico Helmuth Schneider, a legenda 'M'BORORÉ' representa as ruínas de São Miguel estilizadas como chapéu, estando escrito na aba Centro de Tradições Gaúchas, tendo à esquerda, torre de vigia simbolizando a riqueza; à direita, o índio M'Bororé com lança cuja ponta em forma de lua (noite) com sol acima (dia); abaixo, centralizado, o lema; na parte superior do brasão, "30ª Região Tradicionalista"; abaixo, "Campo Bom - RS".

Art. 12º A bandeira é branca, retangular, com tarja das cores do RS (verde, vermelho e amarelo) no canto superior esquerdo, o brasão centralizado, e tarja das cores de Campo Bom (azul, branco e vermelho) no canto inferior direito.



CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO E RECEITAS

Art. 13º Os bens da associação serão constituídos por todos os imóveis, móveis, direitos, ações e utensílios que possua ou venha a possuir.

Art. 14º As fontes de recursos para manutenção da associação serão formadas por pagamentos de mensalidades e contribuições de associados, doações, legados, taxas e comissões que venham a ser aprovadas pela Patronagem.

Art. 15º Em caso de extinção da associação, o seu patrimônio, após o pagamento dos eventuais compromissos existentes, será destinado a outra entidade tradicionalista congênere, devidamente filiada ao MTG.

Art. 16º O CTG M'Bororé é uma instituição sem fins lucrativos, sendo-lhe vedada a distribuição de lucros ou pagamentos de salários entre seus dirigentes.

Art. 17º A Patronagem, conforme necessidade, poderá contratar profissionais para realização de serviços; a contratação se dará após apreciação e votação dos membros, vencendo a maioria.

Art. 18º Os dirigentes e membros não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.



CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

Seção I - Das Categorias e da Admissão

Art. 19º A Entidade é composta por um número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

I - Fundadores: Aqueles que assinaram a ata de fundação da Entidade.

II – Contribuintes: Pessoas físicas admitidas no quadro social que contribuem financeiramente de forma regular.

III – Beneméritos: Pessoas que tenham prestado relevantes serviços ou contribuições financeiras extraordinárias à Entidade e personalidades de destaque que tenham prestado serviços notórios à causa tradicionalista, isentos de mensalidade.

IV – Participante: Pessoas físicas que participam ativamente das atividades culturais, campeiras, de cavalgadas, esportivas ou artísticas da Entidade, com isenção ou pagamento de mensalidade a ser definido pela Patronagem.

V – Dependentes: O cônjuge ou companheiro(a) e os filhos menores de 18 anos dos associados Fundadores e Contribuintes.

Art. 20º O processo de admissão para cada categoria seguirá os seguintes critérios:

I – Para a categoria Contribuinte, o interessado deverá preencher e assinar uma proposta de admissão, que será submetida à deliberação da Patronagem.

II – A admissão na categoria Benemérito será concedida mediante proposta da Patronagem ou de 1/5 dos associados em dia, a ser aprovada pela Assembleia Geral convocada por este fim, mediante obtenção de 2/3 dos votos favoráveis.

III – A admissão na categoria Participante é de competência discricionária da Patronagem, que avaliará o vínculo do candidato com as atividades artísticas, campeiras, esportivas, de cavalgadas e culturais da Entidade.

IV – A inclusão de Dependentes será feita mediante simples requerimento do associado titular (Fundador ou Contribuinte) e será destinada exclusivamente ao cônjuge ou companheiro do contribuinte e aos filhos menores até o dia em que completarem 18 anos de idade.

Art. 21º O número total de associados da Entidade é ilimitado. Contudo, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Patronagem, estabelecer um número máximo de associados na categoria Benemérito, caso julgue necessário para a manutenção da exclusividade da honraria.



Parágrafo único: são condições para admissão, gozar de bom conceito moral (sem histórico de ter sofrido punição em outra Entidade Tradicionalista).

Seção II - Dos Direitos e Deveres

Art. 22º São direitos dos associados Fundadores, Contribuintes e Beneméritos, desde que em dia com suas obrigações:

- I – Frequentar a sede e as dependências da Entidade;
- II – Participar das atividades e eventos promovidos pela Entidade;
- III – Obter o Cartão de Identidade Tradicionalista (CIT) por meio da Entidade.
- III – Votar e ser votado para os cargos eletivos, observadas as condições de elegibilidade deste Estatuto.

Art. 23º São direitos dos associados Participante e Dependente:

- I – Representar a Entidade em eventos, rodeios, festivais, festas e concursos;
- II – Concorrer aos títulos de Prenda e Peão da Entidade, Região e Estado;
- III – Integrar os grupos artísticos, como invernadas de dança;
- IV – Obter o Cartão de Identidade Tradicionalista (CIT) por meio da Entidade.

Art. 24º Os associados participantes poderão frequentar a sede e participar das atividades sociais, terão direito a votar, mas não podem ser votados.

Art. 25º Os associados Dependentes poderão frequentar a sede e participar das atividades sociais, porém não terão direito a votar, podendo ser votado desde que ocupem cargos que não sejam Patrão/Patroa, 1º Capataz e 2º Capataz.

Art. 26º São deveres de todos os associados:

- I. Cumprir e respeitar o presente Estatuto, os regulamentos internos e as decisões dos órgãos da Entidade e do MTG;
- II. Manter conduta proba e zelar pelo bom nome da Entidade;
- III. Pagar pontualmente as contribuições financeiras estipuladas para sua categoria.

Art. 27º Na ausência de pagamento de mensalidades por mais de seis meses, o associado será desligado automaticamente do quadro social.



Parágrafo único. A contribuição financeira regular (mensalidade) paga pelos associados não os isentam de contribuições específicas definidas pelos departamentos dos quais fazem parte desde que sejam destinados para custeio das despesas específicas e inerentes às atividades de que participam.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 28º São órgãos de administração da Entidade:

- I – Assembleia Geral (Ordinária e Extraordinária);
- II – Patronagem (Diretoria Executiva);
- III – Conselho de Vaqueanos;

Seção I - Assembleia Geral Ordinária

Art. 29º As eleições para a Patronagem e demais cargos eletivos, bem como aprovação de contas, serão realizadas em Assembleia Geral Ordinária, no mês de novembro, convocada por Edital específico com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º. O Edital de Convocação deverá conter, obrigatoriamente: a data, o horário e o local da votação; a relação dos cargos em disputa; os prazos para inscrição, homologação e impugnação de chapas; e a lista de documentos exigidos dos candidatos.

§ 2º. Para garantir a máxima publicidade, o Edital deverá ser:

- a) Publicado nas redes sociais oficiais da Entidade;
- b) Afixado em local de grande circulação e de fácil visibilidade na sede da Entidade;
- c) Enviado, sempre que possível, aos meios de contato eletrônico dos associados.

Art. 30º A Assembleia é instalada pelo Presidente do Conselho de Vaqueanos; o processo eleitoral será conduzido por uma Comissão Eleitoral composta por 3 (três) a 5 (cinco) membros, nomeada pela Patronagem e homologada pelo Conselho de Vaqueanos.

Parágrafo único. São impedidos de compor a Comissão Eleitoral os candidatos, bem como os cônjuges, companheiros e parentes até o segundo grau de candidatos a qualquer cargo nas chapas inscritas.

Art. 31º Candidaturas de chapas devem ser apresentadas até 15 dias antes ao



Conselho de Vaqueanos, com consentimento escrito dos candidatos (todos da chapa), para avaliação e emissão de parecer favorável ou não, que será encaminhado ao responsável pela inscrição;

Parágrafo único: para ser candidato (a) a qualquer cargo da Patronagem, o sócio deve ter suas obrigações em dia; aqueles que porventura fizeram renegociação de dívidas não poderão fazer parte de nenhuma chapa, e se fizer, a chapa poderá ser impugnada a qualquer tempo durante o

processo de candidatura, eleição e nomeação. Da mesma forma, os sócios que estiverem desligados do quadro social, se, e quando retornarem à sociedade da entidade, passarão a contar o período novamente, conforme sua contribuição financeira, estando apto a se candidatar a cargos da Patronagem de acordo com este Estatuto.

Seção II - Assembleia Geral Extraordinária

Art. 32º Pode ser convocada por 1/3 dos associados titulares, pela Patronagem ou pelo Conselho de Vaqueanos, com antecedência de 15 dias e ordem do dia definida.

Seção III - Da Patronagem (Diretoria Executiva)

Art. 33º A Patronagem é o órgão executivo da Entidade, eleita pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida reeleição(ões).

Art. 34º A Patronagem do CTG M'Bororé é composta

por: ● Patrão/Patroa

● 1º Capataz

● 2º Capataz

● 1º Agregado (a) das
Pilchas

● 2º Agregado (a) das
Pilchas

● 1º Sota-Capataz

● 2º Sota-Capataz

● Diretor (a) Cultural

● Vice-Diretor (a) Cultural

● Diretor(a) Artístico(a)

● Vice-Diretor (a) Artístico (a)



- Diretor (a) Campeiro (a)
- Diretor (a) de Esportes
- Diretor de Patrimônio
- Agregado(a) das Falas

Art. 35º Compete à Patronagem, entre outras atribuições:

- I – Administrar a Entidade, zelando por seu patrimônio e pela execução de suas finalidades;
- II – Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, os regulamentos internos e as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Vaqueanos, da Coordenadoria Regional, do MTG/RS e do Conselho de Ética da entidade, da Região Tradicionalista e do MTG;
- III – Manter os atos constitutivos e a documentação da Entidade devidamente atualizados e regularizados perante os órgãos competentes;
- IV – Prestar contas de sua gestão à Assembleia Geral, anualmente, até o mês de março do ano subsequente, com a devida regularidade e em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, e, quando da entrega da patronagem, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do encerramento do mandato, abrangendo o período compreendido entre a última prestação de contas e a referida data.
- V – A Patronagem terá plenos poderes para advertir, suspender e excluir de seu quadro associativo, o associado, bem como seus dependentes que se negarem a cumprir seus deveres associativos, dando-lhes o direito de ampla e plena defesa.

Parágrafo único. A não prestação de contas no prazo estipulado ou a sua rejeição pela Assembleia Geral, após o devido processo administrativo que garanta o contraditório e a ampla defesa, implicará na destituição imediata da Patronagem, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais cabíveis aos dirigentes.

Seção IV - Das Atribuições dos Membros da Patronagem

Art. 36º Compete ao Patrão/Patroa:

- I – Representar a Entidade judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente;
- II – Convocar e presidir as reuniões da Patronagem e as Assembleias Gerais;
- III – Assinar, em conjunto com o 1º Sota-capataz, as atas e correspondências oficiais;



- IV – Assinar, em conjunto com o 1º Agregado das Pilchas, os cheques, balancetes e demais documentos financeiros e contábeis;
- V – Autorizar despesas e pagamentos, em conformidade com o orçamento da Entidade;
- VI – Nomear e destituir os diretores de departamentos (Invernadas);
- VII – Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações dos órgãos superiores.

Art. 37º Compete ao 1º e 2º Capatazes:

- I – Substituir o Patrão em suas ausências e impedimentos, sucedendo-o em caso de vacância;
- II – Auxiliar o Patrão em suas atribuições e supervisionar as atividades dos departamentos (Invernadas), colaborando com seus diretores.

Art. 38º Primeiro Secretário (1º Sota-Capataz):

- I – Secretariar as reuniões da Patronagem e as Assembleias Gerais, lavrando as respectivas atas;
- II – Manter sob sua guarda e organização os arquivos, livros, atas e demais documentos da secretaria;
- III – Redigir e expedir a correspondência oficial da Entidade;
- IV – Manter atualizado o cadastro de associados.

Art. 39º Segundo Secretário (2º Sota-Capataz):

- I – Substituir o 1º Secretário em suas ausências e impedimentos;
- II – Auxiliá-lo no desempenho de todas as suas tarefas.

Art. 40º Primeiro Tesoureiro (1º Agregado das Pilchas):

- I – Manter sob sua guarda e responsabilidade os valores, livros contábeis e documentos da tesouraria;
- II – Efetuar o recebimento de mensalidades e outras receitas, depositando-as em conta bancária da Entidade;
- III – Realizar os pagamentos autorizados pelo Patrão/Patroa;
- IV – Elaborar os balancetes periódicos e o balanço anual, assinando-os em conjunto com o Patrão/Patroa;



V – Apresentar ao Conselho de Vaqueanos, sempre que solicitado, os livros e documentos da tesouraria.

Art. 41º Segundo Tesoureiro (2º Agregado das Pilchas):

- I – Substituir o 1º Tesoureiro em suas ausências e impedimentos;
- II – Auxiliá-lo no desempenho de todas as suas tarefas.

Art. 42º Aos Diretores dos Departamentos:

- I – Organização geral do seu departamento, cumprindo com as especificidades de cada um e as normas e regras dos documentos norteadores da entidade: Estatuto, o Código de Ética e os regulamentos do MTG.
- II – Promover e incentivar os talentos culturais, artísticos, esportivos e/ou campeiros;

Art. 43º Aos Vice-Diretores dos Departamentos:

- I – Substituir os Diretores em suas ausências e impedimentos;
- II – Auxiliá-los no desempenho de todas as suas tarefas.

Art. 44º Agregado das Falas:

- I – Cabe a apresentação de qualquer evento oficial da entidade, podendo ser convidada para os eventos dos departamentos e internadas artísticas.
- II – Realizar a comunicação social do Centro.

Seção V - Do Conselho de Vaqueanos

Art. 45º O Conselho de Vaqueanos, órgão de assessoramento superior, fiscalização e consulta, terá sua composição definida por meio da assembleia no mês de novembro, chamada pelo próprio Conselho, com votação de sócios em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 46º O Conselho de Vaqueanos será composto por um número de 10 (dez) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos em chapa própria pela Assembleia Geral para o mesmo mandato da Patronagem (dois anos), com o dever de fiscalizar os atos da gestão e zelar pelo cumprimento do Estatuto.

§ 1º. Os membros do Conselho de Vaqueanos elegerão entre si um Presidente e um vice, que terá um mandato de 2 (dois) anos, podendo haver reeleição, competindo-lhe convocar e presidir as reuniões do conselho.



§ 2º. Os ex-Patrões/Patroas que tenham completado integralmente seus mandatos e que estejam em pleno gozo de seus direitos associativos, possuem direito adquirido e podem ocupar uma das vagas no Conselho de Vaqueanos.

Art. 47º Caberá ao presidente atual a responsabilidade de formar a próxima composição.

Art. 48º Decide por maioria simples e é convocado pelo Presidente ou por maioria de seus membros.

Art. 49º Perderá o mandato o membro do Conselho de Vaqueanos que faltar 3 (três) sessões consecutivas, sem justo motivo.

Art. 50º Compete-lhe interpretar estatuto, conceder títulos e elaborar regimento interno junto à patronagem, destituir dirigentes após diligências e verificação do não cumprimento de seus deveres e aconselhar a Patronagem em casos necessários.

Art. 51º Apreciar, deferir ou indeferir as chapas que concorrerão à Patronagem.



CAPÍTULO V

DA VACÂNCIA E SUCESSÃO DA PATRONAGEM

Art. 52º O afastamento de membro da Patronagem dar-se-á por motivos de ordem particular e poderá ocorrer nas seguintes modalidades:

I – Por prazo determinado – quando o interessado informar previamente o período de afastamento pretendido, mediante comunicação formal e justificada dirigida à Patronagem, com prazo máximo de até 30 dias, admitida prorrogação por igual período mediante nova solicitação.

II – Por prazo indeterminado – quando o interessado não fixar data para retorno às funções, permanecendo afastado até manifestação expressa nesse sentido, observado o disposto neste Estatuto.

§ 1º O afastamento não implica perda do mandato, mas suspende o exercício das atribuições do cargo, que serão assumidas temporariamente pelo substituto legal ou por quem for designado na forma estatutária.

§ 2º Durante o afastamento, o membro da Patronagem não poderá deliberar, assinar documentos ou representar o CTG, salvo autorização expressa do Conselho de Vaqueanos em situações burocráticas que assim exijam.

§ 3º O retorno às funções deverá ser comunicado por escrito à Patronagem, passando a produzir efeitos a partir da ciência desta.

§ 4º O não cumprimento do prazo ou a ausência de manifestação quanto ao retorno, quando se tratar de afastamento por prazo determinado, poderá caracterizar renúncia tácita ao cargo.

§ 5º Quando do afastamento ou da vacância do cargo de Patrão, assumirá automaticamente a função o Capataz, e, no impedimento deste, o 2º Capataz.

Art. 53º A vacância na Patronagem poderá ocorrer por renúncia, morte, destituição ou afastamento de seus membros.

Art. 54º Em caso de afastamento, destituição ou renúncia coletiva de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros da Patronagem, o Conselho de Vaqueanos assumirá interinamente a administração da Entidade.

§ 1º. O Conselho de Vaqueanos deverá convocar novas eleições no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua posse interina.

§ 2º. O prazo referido no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante justificativa fundamentada e aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 55º Nos demais casos de vacância da totalidade da Patronagem, incluindo a destituição por descumprimento de suas obrigações estatutárias, o Conselho de



Vaqueanos assumirá a gestão interina.

§ 1º. O Conselho de Vaqueanos poderá, a seu critério, nomear uma Diretoria Interina composta por no máximo 5 (cinco) pessoas, que administrará a Entidade até a posse da nova Patronagem eleita.

§ 2º. Caberá ao Conselho de Vaqueanos ou à Diretoria Interina por ele nomeada convocar novas eleições, nos mesmos prazos e condições estabelecidos no Art. 54.

Art. 56º Decorrido o prazo máximo previsto nos parágrafos 1 e 2 do Art. 54, incluindo sua eventual prorrogação, sem que o órgão interino competente tenha convocado as eleições, a Assembleia Geral Ordinária poderá ser convocada por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos.

Parágrafo único. A convocação realizada pelos associados deverá, obrigatoriamente, ser feita por meio de edital publicado com a antecedência e as formalidades exigidas neste Estatuto, especificando a pauta, data, hora e local da Assembleia, de modo a garantir a legalidade, a ampla divulgação e a lisura do processo eleitoral.



CAPÍTULO VI

DA VINCULAÇÃO AO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO E DOS DEVERES DE CONDUTA

Art. 57º A Entidade, na qualidade de filiada, reconhece e se subordina hierárquica, normativa, associativa e filosoficamente ao Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG/RS) e à sua respectiva Região Tradicionalista (30RT), comprometendo-se a acatar e a fazer cumprir, com lealdade, seus estatutos, regulamentos, diretrizes e a Carta de Princípios, que é cláusula pétrea de sua atuação, bem como a todos os documentos normativos do MTG e da Respectiva Região Tradicionalista.

Art. 58º Os membros da Patronagem e todos os associados devem pautar suas condutas pelos mais elevados princípios da honestidade, lealdade, boa-fé e probidade, zelando pelo bom nome da Entidade e do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Art. 59º A gestão de recursos financeiros da entidade, em especial os oriundos de repasses do Poder Público, deverá ser realizada por intermédio de conta bancária de titularidade da entidade e conduzida com o máximo de zelo, transparência e rigor técnico.

§ 1º. Qualquer ato de gestão que atente contra a moralidade, a eficiência e a economicidade na aplicação de verbas públicas será considerado falta gravíssima.

§ 2º. A malversação de recursos públicos sujeitará os responsáveis à destituição imediata, sem prejuízo da devida responsabilização nas esferas cível e criminal.

Art. 60º As decisões e deliberações emanadas do Conselho Diretor do MTG e dos órgãos competentes da Região Tradicionalista são de cumprimento obrigatório e imediato pela Entidade.

Parágrafo único. O descumprimento deliberado e injustificado de tais decisões, após garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo próprio, constitui justa causa para a destituição sumária da Patronagem, a ser deliberada em Assembleia Geral Extraordinária convocada especificamente para este fim.



CAPÍTULO VII

DO CONSELHO DE ÉTICA E DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 61º O Conselho de Ética é o órgão responsável pela apuração de infrações a este Estatuto e aos regulamentos da Entidade e do MTG, sendo composto por 3 (três) membros titulares e por 3 (três) suplentes que serão indicados junto à composição da patronagem e eleitos na mesma Assembleia Geral.

Art. 62º O procedimento disciplinar para apuração de infrações cometidas por tradicionalistas vinculados à Entidade será instaurado em primeira instância no âmbito do próprio CTG, por determinação da Patronagem, de ofício, ou mediante denúncia recebida que contenha a narrativa dos fatos e esteja devidamente identificada, sendo vedada denúncias anônimas.

§ 1º. Ao receber a denúncia ou ao instaurar o procedimento, a Patronagem, em razão da gravidade do fato e como medida cautelar, poderá determinar, de forma fundamentada, a suspensão preventiva do associado por até 90 (noventa) dias. Dessa decisão caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da intimação recebida pelo suspenso.

§ 2º. Instaurado o procedimento, os autos serão remetidos ao Conselho de Ética para a devida instrução.

Art. 63º Compete ao Conselho de Ética conduzir a instrução do processo, assegurando ao acusado o contraditório e a ampla defesa, e, ao final, elaborar um relatório conclusivo, opinando sobre a infração e a sanção cabível, que será remetido à Patronagem.

Art. 64º As sanções disciplinares aplicáveis, conforme a gravidade da falta, são:

I – Advertência por escrito;

II – Suspensão dos direitos sociais;

III – Exclusão do quadro social.

Art. 65º A penalidade de advertência será aplicada diretamente pela Patronagem e deverá ser referendada pelo voto da maioria simples do Conselho de Vaqueanos.

Art. 66º Da decisão que aplicar as penalidades de suspensão ou exclusão, caberá recurso à Coordenadoria Regional, no prazo e forma previstos nos regulamentos do MTG, para que o Conselho de Ética Tradicionalista Regional delibere em instância superior.



CAPÍTULO VIII

DA GESTÃO FINANCEIRA E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 67º A gestão financeira da Entidade pautar-se-á pelos princípios da transparência e da responsabilidade, devendo a Patronagem prestar contas de sua gestão. A Patronagem deverá elaborar relatórios financeiros periódicos e um balanço anual, submetendo-os à apreciação do

Conselho de Vaqueanos que emitirá parecer recomendando sua aprovação ou rejeição o qual deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Geral.

Art. 68º A prestação de contas deverá seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao Terceiro Setor e incluir todos os recursos recebidos, sejam eles de origem pública ou privada.

Art. 69º A prestação de contas anual, incluindo o balanço e os relatórios financeiros do exercício anterior, deverá ser submetida à apreciação do Conselho de Vaqueanos que emitirá parecer e à deliberação da Assembleia Geral, impreterivelmente, até o final do mês de março do ano subsequente.

Art. 70º Ao término do mandato, a Patronagem apresentará uma prestação de contas final, referente ao período compreendido entre a última prestação anual e a data de encerramento de sua gestão.

Parágrafo único. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o fim do mandato.

Art. 71º A Entidade dará publicidade ao relatório de atividades e às suas demonstrações financeiras, por meios eficazes, após a aprovação pela Assembleia Geral.



CAPÍTULO IX

DO PROCESSO ELEITORAL

Seção I - Da Convocação e da Comissão Eleitoral

Art. 72º As eleições para a Patronagem e demais cargos eletivos serão realizadas em Assembleia Geral Eleitoral, convocada por Edital específico com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º. O Edital de Convocação deverá conter, obrigatoriamente: a data, o horário e o local da votação; a relação dos cargos em disputa; os prazos para inscrição, homologação e impugnação de chapas; e a lista de documentos exigidos dos candidatos.

§ 2º. Para garantir a máxima publicidade, o Edital deverá ser:

- a) Publicado nas redes sociais oficiais da Entidade;
- b) Afixado em local de grande circulação e de fácil visibilidade na sede da Entidade;
- c) Enviado, sempre que possível, aos meios de contato eletrônico dos associados.

§ 3º. O processo eleitoral da entidade obedecerá também ao Regulamento Eleitoral do MTG/RS e às normas complementares da 30ª Região Tradicionalista.

Art. 73º O processo eleitoral será conduzido por uma Comissão Eleitoral composta por 3 (três) a 5 (cinco) membros, nomeada pela Patronagem e homologada pelo Conselho de Vaqueanos.

Parágrafo único. São impedidos de compor a Comissão Eleitoral os candidatos, bem como os cônjuges, companheiros e parentes até o segundo grau de candidatos a qualquer cargo nas chapas inscritas.

Seção II - Do Registro e da Impugnação das Chapas

Art. 74º O prazo para inscrição das chapas será de, no mínimo, 15 (quinze) dias, contados da publicação do Edital, e se encerrará, impreterivelmente, 10 (dez) dias antes da data da eleição.

Art. 75º O pedido de registro de chapa deverá ser acompanhado dos seguintes documentos para cada membro:

- I – Cópia de documento de identificação oficial com foto e CPF;
- II – Certidão de regularidade emitida pela secretaria da Entidade, atestando o tempo mínimo de filiação (mínimo de 1 ano para cargos gerais e mínimo de 2 anos para Patrão, 1º Capataz e 2º Capataz) e o pleno gozo dos direitos sociais;
- III – Certidão de quitação de todas as obrigações financeiras para com a Entidade,



emitida pela tesouraria;

Art. 76º Além dos documentos exigidos no artigo anterior, o candidato ao cargo de Patrão apresentará as documentações necessárias e exigidas conforme e de acordo com o Regulamento do MTG/RS.

Art. 77º A Comissão Eleitoral terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento da inscrição, para analisar a documentação e homologar as chapas que cumprirem todos os requisitos.

§ 1º. Somente após a homologação das chapas é que começará a campanha eleitoral.

Art. 78º Qualquer associado poderá apresentar impugnação a uma chapa, candidato ou ao próprio Edital, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação da lista de chapas homologadas, mediante petição fundamentada dirigida à Comissão Eleitoral.

§ 1º. A Comissão Eleitoral decidirá sobre a impugnação em igual prazo.

§ 2º. Caso a impugnação ao Edital seja acolhida por vício sanável, a Comissão Eleitoral publicará um Edital de Retificação para corrigir o erro, reabrindo os prazos que foram prejudicados pela falha, garantindo a isonomia entre os concorrentes.

Seção III - Da Votação e da Anulação

Art. 79º Somente poderão votar os associados com direito a voto que estiverem rigorosamente em dia com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 1º. A quitação das obrigações para fins de exercício do voto deverá ser efetuada até 5 (cinco) dias úteis antes da data da eleição.

§ 2º. No dia da eleição, a Comissão Eleitoral afixará, em local visível e de fácil acesso no ambiente de votação, a lista pública de todos os associados aptos a votar.

Art. 80º Terão direito a voto, nas assembleias da entidade, os associados que tenham o mínimo de 6 (seis) meses de filiação no Centro, e que estiverem rigorosamente em dia com suas obrigações sociais e financeiras.

Parágrafo único. Os sócios que estiverem desligados do quadro social, quando retornarem à sociedade da entidade, passarão a contar o período novamente.

Art. 81º O descumprimento de qualquer prazo ou formalidade essencial previstos neste capítulo e no Edital de Convocação poderá acarretar a anulação do ato ou de todo o processo eleitoral.

Art. 82º Em caso de anulação do processo eleitoral, a Patronagem deverá lançar um



novo edital no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 83º Na hipótese de o processo eleitoral não ser concluído até a data de término do mandato vigente, assumirá a gestão interina o Conselho de Vaqueanos ou gestão interina por eles designada, em caráter excepcional, com poderes limitados à gestão ordinária e à obrigação de convocar novas eleições no prazo de 30 (trinta) dias. Se não o fizer, o Conselho de Vaqueanos assumirá para realizar o pleito.

Parágrafo único. Em caso de necessidade, quando encerrado o mandato da Patronagem na forma constante da respectiva ata registrada na Serventia de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, o mandato dos membros do Conselho de Vaqueanos será automaticamente prorrogado, em caráter excepcional, por até 70 (setenta) dias, a fim de permitir a prática dos atos de gestão previstos neste Estatuto, de forma interina, evitando que a entidade permaneça sem Patronagem. Essa prorrogação cessará automaticamente com a posse e registro da nova Patronagem, garantindo a continuidade administrativa e prevenindo a situação de acefalia.



CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 84º Este Estatuto Social somente poderá ser reformado por iniciativa do Conselho de Vaqueanos, com a aprovação de metade mais um de seus membros. As reformulações serão aprovadas por maioria simples em Assembleia Geral Extraordinária convocada para a finalidade.

§ 1º. A Assembleia Geral Extraordinária deverá ser convocada por edital, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência e afixado na sede associativa do Centro ou publicado na imprensa local.

Parágrafo único. A Assembleia a que se refere o caput não poderá deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Art. 85º A dissolução da Entidade somente poderá ocorrer por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, observando-se o mesmo quórum qualificado exigido para a reforma do Estatuto.

Art. 86º Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Patronagem em concordância com o Conselho de Vaqueanos, observando-se a legislação vigente e os regulamentos do MTG.

Art. 87º O presente Estatuto será, depois de aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, publicado e registrado nas repartições competentes.

Art. 88º O presente Estatuto Social, consolidado e aprovado pelos associados presentes à Assembleia Geral Extraordinária, passa a vigorar a partir da data desta Assembleia e deverá ser registrado no ofício de Registro de Título e Documentos de Pessoa Jurídica.

Márcio José Schneider Patrão
CTG M'Bororé
931.653.310-49

Josiane Lazzaretti Von Muhlen
Secretária CTG M'Bororé
CPF 956.506.360-87

Amanda Araújo Gomes
Advogada CTG M'Bororé
OAB/RS 138480
CPF 043.365.460-02

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E ESPECIAIS
CAMPO BOM - RS

Nº 20719 do protocolo nº1

Fis.

Protocolado no dia 12 de 12 de 2025



OFICIAL

Registador Substituto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DE SUL
COMARCA DE CAMPO BOM
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ESPECIAIS PESSOAS
JURIDICAS



Averbação 27 do nº de ordem 268 no Livro A-27, à
folha 77, em 11/02/2026.

ALTERAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL protocolado
no livro A-8, à folha 45 sob número 20771, em
15/01/2026. Campo Bom, 11 de fevereiro de 2026.

Emolumentos Total R\$ 212,00 + R\$ 18,70 = R\$ 230,70. Exame
documentos R\$ 62,80 (0083 04 0900002 08422 = R\$ 5,00). Averbação
PJ s/ fins Econômicos R\$ 93,60 (0083 04 0900002 08421 = R\$ 5,50).
Digitalização R\$ 48,30 (0083 04 0900002 08421 = R\$ 5,50).
Processamento eletrônico R\$ 7,30 (0083 01 0900002 50569 = R\$ 2,20)

Analucia Baptista Fischer- Substituta

